



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO

Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.ª Região - CPAI3R

Data: 27/08/2020

Horário: das 15h às 17h30

Local: Plataforma Teams

Participantes:

Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira

Adriana Barros Verruck – NURE - SJMS

Alessandra Ayumi Nomura Marzocca – NUIN - SJSP

Alexandre Faruolli Ferrareto – NUAJ - SJSP

Antônio Sérgio Rodrigues – NUSA - SJSP

Aparecida Rangel Ramos – UCIN/SUSR - SJSP

Celia Regina Lopomo Pereira – UBAS

Daniel Carneiro Silami - ADEG/DPED

Daniel Henrique Guimarães – SETI

Elisabete de Moraes Carlos Lopes Mataruco - Gab. Des. Fed. Souza Ribeiro

Iris Inari Bambil Ujiie Lima – SUSQ - SJMS

Joici Fabiana da Silva Gunther – SADM - SJMS

Maíra Zau Serpa Spina D'Eva – ADEG

Sergio Azevedo Capillé – Dourados – DSUJ - SJMS

Sonia Kiyoko Kawano – DAEG

O Presidente da Comissão, Dr. Hélio Nogueira, iniciou os trabalhos e seguiu abordando os itens da pauta:

1. Atendimento ao público em linguagem de sinais - Libras

Dr. Hélio orientou que, em relação às tratativas com a Prefeitura de São Paulo para

atender a demanda do Tribunal e da Seção Judiciária de São Paulo, dentro da limitação deste Município, iremos aguardar a conclusão pela AJUD.

Adriana informou que a SJMS irá pesquisar junto a outros órgãos como a prefeitura e Tribunal de Justiça a oferta desse serviço.

Deliberação: Encaminhar às Diretorias dos Foros para que possam dentro de suas possibilidades encontrar soluções para disponibilizar o serviço às Subseções do interior de São Paulo e a Mato Grosso do Sul.

2. Acessibilidade dos sistemas informatizados e das páginas de internet e intranet

Deliberação: Expedir ofício ao Comitê Gestor Regional de Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, considerando sua atribuição de submeter demandas de melhorias no sistema ao Comitê Gestor do PJe da Justiça Federal. A ADEG irá minutar o ofício.

3. Adaptação das estruturas físicas

3.1. e 3.2.

O maior problema de acessibilidade da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, a antiga sede do Fórum Federal de Corumbá, foi resolvido. Sergio informou que foi feita a avaliação prévia das instalações da nova sede, visando à locação e mudança, já realizadas.

Que quanto à situação como um todo (todos os prédios da Seção) já teria sido feito um levantamento, mas que seria necessário, como tarefa permanente, revisar os detalhes dos imóveis que eventualmente apresentem algum tipo de barreira ou dificuldade.

Acrescentou que pretende apresentar uma proposta para a Secretaria Administrativa de realizar uma avaliação dos edifícios. Que essa proposta estaria parcialmente abrangida pelo levantamento que está sendo feito pelo sistema Predial que está sendo expandido da SJSP para o Tribunal e para a SJMS.

Maíra esclareceu que o sistema Predial traz diversos dados sobre cada prédio da SJSP e que um dos itens é acessibilidade, mas que ainda são poucas as informações sobre acessibilidade. Que realmente foram incluídos no sistema Predial os prédios do Tribunal e da SJMS. Que amanhã haverá uma oficina sobre a versão 2.0 do sistema Predial, pois vai haver alteração de sua plataforma e a inclusão de novos campos. Que o ideal seria que houvesse o cadastramento das informações de acessibilidade nesse sistema.

Antonio Sergio lembrou que o Senado fez um caderno de orientação com 300 itens de Acessibilidade para ser avaliado em cada prédio, que poderia servir de referência. Ficou de localizá-lo e disponibilizá-lo aos membros da comissão.

Maíra demonstrou o sistema Predial e acrescentou que seria interessante a comissão identificar quais itens de acessibilidade seriam relevantes para incluir no sistema predial. E, após, abastecer o sistema com as informações já levantadas nos mapeamentos. As unidades deverão abastecer os dados no sistema Predial.

Alessandra lembrou que o CJF tem um Manual de Acessibilidade para as Edificações.

4. Instalação de barras antipânico nas portas do prédio das Turmas Recursais

Alessandra esclareceu que as barras ainda não foram instaladas. Que o proprietário está resistente a fazer tal instalação, argumentando que as portas são fáceis de abrir.

Dr. Hélio sugeriu que o proprietário seja cobrado a fazer a instalação.

Sobre a existência de protocolo de resgate de pessoas com deficiência, Máira esclareceu que em razão do Plano de Segurança Orgânica o cadastro de local de trabalho das pessoas com deficiência está sendo atualizado.

Sérgio sugeriu que as informações do número de brigadistas e de pessoas com deficiência fossem incluídas no sistema Predial. Máira esclareceu que no Predial já existe o campo para cadastrar a quantidade de brigadistas.

Deliberação: Considerando o item 19.2., "e", do Plano de Segurança Orgânica consultar a SSEG se a identificação foi atualizada no Tribunal e as Diretorias-Foro em relação aos fóruns da Justiça Federal.

5. Discussão sobre a definição de procedimentos para recepção de magistrados, servidores e estagiários com deficiência

5.1. Foi analisado em conjunto com o item 6.

5.2. Deliberação: Encaminhar à SADI para incluir no projeto de Reengenharia do Tribunal a instalação do piso tátil nos andares das sessões e do auditório e consultar se houve a comunicação ao condomínio para a instalação do piso tátil na área externa do edifício desde a Av. Paulista até a primeira entrada do prédio.

5.3. Dr. Hélio sugeriu que as cadeiras fossem solicitadas para a administração.

Deliberação: encaminhar para a SADI avaliar a aquisição de algumas cadeiras para obesos.

6. Analisar e deliberar sobre a instituição de política de lotação de servidores e estagiários PCD na Justiça Federal da 3ª Região

Máira informou que havia ficado estabelecido como de responsabilidade da ADEG a realização de um estudo, mas que antes de se buscar tais convênios, a 3ª Região deveria discutir a criação de uma política de lotação de servidores e estagiário com deficiência e, nela, incluir a necessidade de capacitação para os gestores. Propôs que a comissão trabalhasse no sentido de construir uma proposta de política de lotação para a Justiça Federal da 3ª Região.

O Alexandre sugeriu a criação de um grupo de trabalho na comissão para tratar da política de lotação. Lembrou do Dr. Cesar Romão do “In Movimento Inclusivo” que participou do evento em comemoração ao Dia da Pessoa com Deficiência e que poderia ser um parceiro para tratar de alguns assuntos como empregabilidade e da Secretaria da Pessoa com Deficiência que seria formado por pessoas com bastante expertise no tema.

Máira sugeriu que fosse usado o Laboratório de Inovação do Tribunal para a realização de uma oficina sobre tema e que facilitaria o convite de pessoas de fora para contribuir.

Aparecida falou que estão criando na SJSP um grupo de trabalho e de estudos para tratar de acessibilidade e inclusão. Que essa ação decorre da percepção surgida num evento com a participação de servidores em uma mesa de debates da necessidade de que fosse aberto um espaço para que as pessoas com deficiência pudessem se manifestar.

Célia acrescentou que a política de lotação deveria incluir todos os tipos de servidores, com deficiência ou não. Deveria incluir servidores que retornam de afastamentos prolongados ou com alguma sequela ou mobilidade reduzida e que acabam tendo dificuldade na lotação.

Dr. Hélio ressaltou a importância de se realizar conscientização, de se conversar com outras pessoas, trazer ideias como a da Aparecida para que consigamos produzir soluções para o Tribunal como forma de evitar situações de dificuldades na lotação das pessoas com deficiência.

Maíra sugeriu fazer uma oficina para discutir o tema no Laboratório de Inovação. Consultar e identificar um grupo dentro da comissão para participar da oficina.

Os seguintes membros da comissão demonstraram interesse: Antonio Sergio Rodrigues (NUSA); Célia Regina (UBAS); Alexandre Faruoli (NUAJ); Dr. Hélio Nogueira; Aparecida Rangel (SUSR); Elisabete de Moraes Carlos Lopes (GABSR).

Deliberação: consultar os membros da comissão sobre o interesse em participar do grupo que trabalhará na estruturação da oficina.

Data para o grupo trazer as ideias/sugestões da oficina – nova reunião: marcar em novembro (na semana de 9 a 13/11). Dr. Hélio irá informar a data.

Maíra acrescentou que na oficina poderão ser pensadas ações/campanhas de sensibilização para o dia da pessoa com deficiência (3/12).

Após a discussão da pauta, a Aparecida pediu autorização à comissão para divulgar o resultado da pesquisa de acessibilidade na página da JFSP. Foi autorizada.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Henrique Guimaraes, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação**, em 21/09/2020, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Sérgio Rodrigues - COREN 41804 - SP, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Enfermagem**, em 21/09/2020, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celia Regina Lopomo Pereira - CRP 06/39456-8, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Psicologia**, em 21/09/2020, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck, Diretor(a) do Núcleo de Recursos Humanos**, em 21/09/2020, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ayumi Nomura Marzocca, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Arquitetura**, em 21/09/2020, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 22/09/2020, às 08:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Rangel Ramos, Supervisora da Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social**, em 22/09/2020, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Egydio de Matos Nogueira, Juiz Federal Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3ª Região**, em 22/09/2020, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Faruoli Ferraretto, Técnico Judiciário**, em 22/09/2020, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Azevedo Capillé, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Arquitetura**, em 23/09/2020, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete de Moraes Carlos Lopes Mataruco, Técnico Judiciário**, em 23/09/2020, às 22:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Kiyoko Kawano, Supervisor**, em 24/09/2020, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Iris Inari Bambil Ujiie Lima, Supervisora da Seção de Saúde e Qualidade de Vida**, em 28/09/2020, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Carneiro Silami, Técnico Judiciário**, em 28/09/2020, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6044510** e o código CRC **BEF6DEB4**.
